

## EDUCAÇÃO INTEGRAL NA PERSPECTIVA DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NA REDE PÚBLICA DE ENSINO.

Augusta Magnólia Roberto de Moura<sup>1</sup>; José Eduardo Ramos da Silva<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>Graduada em Pedagogia. Especialista em Gestão Escolar com ênfase em Direção, Supervisão e Orientação Educacional. Universidade Federal da Paraíba  
[augusta@see.pb.gov.br](mailto:augusta@see.pb.gov.br)

<sup>2</sup>Graduado em Matemática. Faculdade de Ciências e Tecnologia Professor Dirson Maciel de Barros  
[eduardoramos\\_prof@hotmail.com](mailto:eduardoramos_prof@hotmail.com)

### Resumo

O seguinte trabalho tem por objetivo explicar a introdução paulatina do ensino em tempo integral no processo de implantação no sistema educacional brasileiro. Para melhor expor essa proposta, utilizamos como foco principal o Programa Novo Mais Educação, uma política pública do Governo Federal, com recursos por ele destinados para seu funcionamento nas escolas, que traz uma alternativa concreta de realização de atividades no horário oposto que os alunos participantes estão em sala de aula, para a realização de atividades socioeducativas, voltadas para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos educandos, através das artes, tecnologias e apoio pedagógico. Instituído pela Portaria nº 1.144, de 10 de outubro de 2016, o programa observa as determinações da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – com relação ao desenvolvimento da capacidade de aprender, tem como elementos básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo. Nesse contexto, contempla-se uma organização escolar bem estruturada para evitar contratempos durante a execução do programa, gerindo as ações na escola, aplicando os conhecimentos pedagógicos, compreendendo o processo educacional, a função da escola e articulando as políticas de formação pedagógica com a política de gestão financeira. Nessa visão estratégica, possuindo um novo olhar educacional, assimilando novas formas de se relacionar o conhecimento, a organização e a função da comunidade no envolvimento da educação. Esta nova estratégia de implantação da educação integral se encontra no cerne das atenções da educacionais, pois reconhece que a educação, na sociedade globalizada e economia centrada no conhecimento, constitui grande valor estratégico para o desenvolvimento de qualquer sociedade.

**Palavras-chave:** Escola, Educação integral, Sociedade.

## **Introdução**

O seguinte trabalho nos remete a um tema bastante discutido na atualidade, gerando muitas discussões, polêmicas e debates infintos: a implantação da educação integral no sistema de ensino público brasileiro.

Diversos estudiosos já escreveram sobre a temática. Diversos planos e projetos já foram planejados e projetados para concretizar este objetivo, e não é de hoje... Há muito tempo o assunto permeia as conversas acadêmicas sobre a melhor forma de se ter uma educação de qualidade, formadora e social.

Nesse ínterim, a educação em tempo integral vem sendo vista como a melhor solução para conquista desse avanço, mas também pressupõe muitas questões: as escolas públicas brasileiras têm estrutura para receber a educação em período integral? Como deveria funcionar a Educação integral?

Inúmeras indagações e inquietações surgem em torno dessa temática e devem ser levadas em consideração. Essa nova vertente educativa, no ensino público brasileiro, não pode ser equivocadamente, imposta. Deve ser implantada com cautela, paulatinamente, para que haja primeiro a aceitação e adaptação da comunidade escolar (gestores, professores, alunos, pais de alunos, funcionários da escola), visto que são eles os principais responsáveis pelo sucesso, ou não, dessa nova metodologia educacional, que visa o desenvolvimento dos educandos em todos os aspectos e áreas de conhecimentos.

Pensando em todos esses pontos fundamentais para o sucesso da nova metodologia de ensino brasileiro, o governo federal, junto a sua autarquia o Ministério da Educação (MEC), cria em 2009 o Programa Mais Educação. Em 2016, após análise e estudos realizados pelo MEC o programa passa a denominar-se Novo Mais educação, de acordo com a portaria 1.114, de 10 de outubro do citado ano. Uma forma de criar as primeiras condições para que a educação integral aconteça. Com Oficinas de atividades diversas, desde apoio pedagógico até artes e culturas digitais, oferece aos estudantes da rede pública brasileira, um complemento educativo/social no horário oposto ao que frequenta a escola regular.

Para conhecer melhor como funciona esse primeiro passo da educação integral, na perspectiva do Programa Novo Mais Educação, com o intuito de melhor caracterizar esse processo, para tentar buscar respostas para as perguntas posteriormente relacionadas. Vale ressaltar que falar sobre este tema sem se envolver com ele – visto que somos educadores e contemplamos a educação integral, como uma opção positiva para

alavancar o ensino público brasileiro – é muito complicado, mas enquanto pesquisadores tentaremos ser objetivos e sistemáticos o suficiente para garantir a qualidade do trabalho.

Escolher um tema a ser apresentado em um trabalho acadêmico exige muita seriedade e uma base teórica que favoreça esse comprometimento é fundamental para que essa atividade tenha resultados significativos. Isso foi fundamental para tornar o trabalho mais proveitoso e coerente, visto que o assunto abordado, traz à tona o cenário educacional atual brasileiro, que ora vem paulatinamente, buscando ascender no âmbito educativo, pedagógico e social, seja através de ações ou de programas estabelecidos pelo Estado, que visam a melhoria do ensino público em todo país, ora vem se prevalecendo de modelos construídos por outros países e tentando adaptá-los a realidade brasileira, com este mesmo objetivo e, que inúmeras vezes, fica ultrapassado e esquecido, ou seja, fracassam. Segue-se assim uma onda de “modismos” de tendências/práticas pedagógicas, que pouco contribuem para dar progressão a nossa educação.

Na transformação do ensino regular, de 4 horas diárias, para a educação integral, de 8 horas diárias, não está sendo diferente. A comunidade escolar ainda não está preparada para esta nova realidade e os conflitos e discussões, sobre aspectos estruturais, econômicos ou pedagógicos são constantes nas instituições.

Por razões como estas, se faz necessário caracterizar esta transformação, para que possamos ter uma visão mais crítica e fundamentada sobre este tema, pois é fato mais que comprovado, que a educação pública brasileira - seguindo os moldes do sistema educacional norte- americano - irá se consolidar de forma integral dentro de alguns anos, e cabe a nós, sociedade, educadores, pais, alunos, provocarmos as mudanças que irão torná-la eficiente ou não, se haverá sucesso ou fracasso escolar.

### **Metodologia:**

Objetivando analisar o modelo de educação integral proposto pelo Programa Novo Mais Educação definimos esta pesquisa, quanto aos objetivos e procedimentos metodológicos, como analítica, articulada aos processos de coleta de dados in loco e tendo como principais fontes de informação a pesquisa de campo, a documental e a bibliográfica, associadas à análise de conteúdo, conforme os princípios elencados por Bardin (1979). Quanto à natureza dos dados coletados, esta é uma investigação de caráter qualitativo - conforme os pressupostos apresentados por Richardson (2008) -, delimitando o objeto de

pesquisa dentro de um cenário específico de problematização teórico-metodológica.

## **Resultados e Discussão**

A educação integral vem sendo discutida há muito tempo entre os educadores brasileiros e vem sendo vista como uma das possibilidades promissoras de melhoria da qualidade ensino público do Brasil.

Com o intuito de concretizar esta realidade no sistema de ensino brasileiro o Ministério da Educação (MEC), em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), passou a articular políticas públicas que tenham por foco a implantação da educação em tempo integral, instituindo o Programa Mais Educação na esfera do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Tendo como princípio contribuir para a diversidade de vivências que transformem a educação integral em uma experiência inovadora e sustentável com o passar do tempo.

A Constituição Federal (1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) são os marcos legais que trazem para o centro do planejamento das políticas públicas, a garantia do direito à proteção integral de nossos jovens. A partir dessas referências foram desencadeadas inúmeras ações, projetos e programas para o enfrentamento de desigualdades sociais que comprometem e afetam o desenvolvimento cognitivo, afetivo, físico e cultural das crianças e adolescentes.

O Plano de Desenvolvimento da Educação, lançado em 2007, trouxe a perspectiva de construção de uma educação autônoma e com respeito diversidade. É um plano organizado em torno de quatro eixos centrais: educação básica, educação superior, educação profissional e alfabetização, sendo também composto por quarenta programas e ações as quais destacamos o Programa Mais Educação.

Nesse âmbito, foi instituído pelo Decreto nº 6.094 de 24 de abril de 2007, um plano estratégico, denominado Plano de Metas Compromisso pela Educação, visando a melhoria da qualidade do ensino em todo o território nacional, com metas estabelecidas até o ano 2021, inclusive para a educação integral, como está previsto em seu artigo 2º, onde são apresentadas as diretrizes voltadas para a educação básica, destacando-se aquelas para a ampliação do tempo na escola.

IV – Combater a repetência, dadas as especificidades de cada rede, pela adoção de práticas como aulas de reforço no contra turno, estudos de recuperação e progressão parcial.

VII – Ampliar as possibilidades de permanência do educando sob a responsabilidade da escola para além da jornada regular.

No ano de 2009, dos 5.563 municípios brasileiros, 98% aceitaram e aderiram ao Plano de Metas Compromisso pela Educação, inclusive, todos aqueles que participam do Programa Mais educação fazem parte deste grupo.

O Programa Mais Educação, instituído pela portaria 1.144, de 10 de outubro de 2016, tem por objetivo principal promover a educação integral por meio de atividades de apoio e socioeducativas no contra turno escolar, ressaltando, assim, o conceito de educação integral expresso nas Portarias:

Art. 1º Fica instituído o Programa Novo Mais Educação, com o objetivo de melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental, por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes, mediante a complementação da carga horária de cinco ou quinze horas semanais no turno e contraturno escolar.

E vai mais além:

Parágrafo único. O Programa será implementado por meio da realização de acompanhamento pedagógico em língua portuguesa e matemática e do desenvolvimento de atividades nos campos de artes, cultura, esporte e lazer, impulsionando a melhoria do desempenho educacional.

Assim, seguindo suas diretrizes, no que diz respeito a funcionalidade, expressa que tem por objetivo:

I - alfabetização, ampliação do letramento e melhoria do desempenho em língua portuguesa e matemática das crianças e dos adolescentes, por meio de acompanhamento pedagógico específico;

II - redução do abandono, da reprovação, da distorção idade/ano, mediante a implementação de ações pedagógicas para melhoria do rendimento e desempenho escolar;

III - melhoria dos resultados de aprendizagem do ensino fundamental, nos anos iniciais e finais; e IV - ampliação do período de permanência dos alunos na escola.

Como podemos ver o Programa Novo Mais Educação foi pensado e projetado para servir como um passo para a implantação da educação em tempo integral na atualidade. Contudo sua concretização ainda esbarra na realidade precária da educação brasileira, em todos os aspectos.

## **Conclusão**

Ao fazer a análise do tema abordado, e do contexto que o envolve, sua seriedade e competência são inquestionáveis. As críticas fazem parte do

processo e podem aumentar significativamente o aperfeiçoamento do trabalho, porém, a abordagem deve ser solidamente tratada com aprofundamento e precisão.

Realizar uma pesquisa satisfatória e com resultados significativos para a sociedade requer muito empenho, dedicação e compromisso com o tema a ser pesquisado, como também às questões a ele inerentes.

Nem todo problema levantado na pesquisa tem solução imediata, em muitos casos dispensa um estudo mais minucioso, que exige ainda mais comprometimento e coerência, ao relatar o assunto.

Deve-se manter o controle das técnicas e métodos utilizados para realização do trabalho, com precisão, sem, contudo, restringir o conhecimento, fundamental nesse processo para garantir a qualidade das informações expressas.

Procuramos transmitir o máximo de informações úteis possíveis, evitando as redundâncias e opiniões vagas ou inconsistentes, analisando os dados observados na escola campo de forma clara e objetiva.

Como se sabe o objetivo principal de toda pesquisa educacional é tentar encontrar a solução para os problemas existentes no processo de ensino e aprendizagem. Compreender essas questões, identificá-las e expor uma provável solução, transforma o papel da pesquisa em essencial para a sociedade, entretanto essa solução depende de uma série de ações e fatores externos e internos que a complementem para que se torne viável sua consolidação.

Ao fazer a análise do tema abordado, e do contexto que o envolve, sua seriedade e competência são inquestionáveis. As críticas fazem parte do processo e podem aumentar significativamente o aperfeiçoamento do trabalho, porém, a abordagem deve ser solidamente tratada com aprofundamento e precisão.

A educação integral é vista pelas crianças e adolescentes, como uma forma de estender ainda mais suas jornadas diárias de atividades escolares, para alguns prazerosas, para outros não.

Contudo ela vai mais além: é uma maneira de expandir ainda mais os conhecimentos, desenvolver novas habilidades, novos valores, socializar. Em suma, é entendida como uma educação que contempla mais efetivamente as habilidades cognitivas, sociais e emocionais.

Fazer a gestão do trabalho proposto pela educação em tempo integral no ensino público brasileiro, não vai ser nada fácil. Como constatamos e relatamos aqui, nesse trabalho.

O Novo Mais Educação é o projeto piloto para a Educação Integral, no Ensino Fundamental. Porém, sua precariedade de funcionamento nas

escolas, a falta de integração com o ambiente e diálogo com a proposta político pedagógica, gera maior desconforto e desconfiança se irá ou não gerar uma mudança significativa na educação brasileira.

As escolas estão tentando fazer sua parte. Estão se adaptando, investindo os recursos, incentivando os alunos a fazerem parte do Programa, realizando, na medida do possível, as atividades propostas em suas matrizes orientadoras. Mas cabe ao Poder Público, priorizar a educação, como um todo, em todos os aspectos. Nossas escolas não são apenas depósitos de alunos. Se querem alcançar as metas que estabelecem através de suas avaliações, que estigmatizam as instituições que não as atinge, invistam na educação, de fato.

Investir maciçamente em educação é essencial para toda sociedade que vise crescer sócio, cultural e economicamente.

Enquanto educadores, não podemos jamais nos deixar abater pelas adversidades infundas que surgem em nossa vida profissional. Nosso trabalho é árduo, difícil, mas nenhum outro, em sua essência, pode superá-lo em realização, contentamento pessoal e profissional. Embora que financeiramente não seja lhe dado o *status quo* devido.

Educar, conduzir o outro ao conhecimento, ser capaz de transferir saberes, instigar a capacidade cognitiva, crítica, reflexiva, é algo ímpar, único e repleto de uma satisfação tremenda, quando conseguimos alcançar esse objetivo.

Por isso, podemos desistir nunca de buscar mudanças para a melhoria do ensino de nossas escolas, de nosso sistema, de nossa educação.

O caminho é longo, sofrido e desestimulante, mas não devemos esquecer que “*um caminho de mil léguas começa com um passo*”. O primeiro passo já foi dado, com o Programa Mais Educação, em seguida, vem a educação em tempo integral e, assim, vamos caminhando rumo a aspiração de uma Nação mais digna, igualitária, inclusiva, ativa, humana.

#### **Referências:**

ADRIÃO, Teresa, PINTO, José Marcelino de Rezende. **Privatização da Educação na América Latina: Estratégias Recentes em Destaque**. *Educ. Soc.*, Jan/Marc 2016, vol. 37, Nº 134 - Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/ES0101-73302016162765>

ALVES, Nilda. **Sobre a Possibilidade e a necessidade curricular de uma Base Nacional Comum**. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 12, nº 03 p. 1464 – 1479, 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1979.

BRZEZINSKI, Iria. (Org.). **LDB interpretada: diversos olhares que se entrecruzam**. São Paulo: Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_. **LDB dez anos depois: Reinterpretação sob diversos olhares**. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **LDB/1996 contemporânea: Contradições, tensões, compromissos**. São Paulo: Cortez, 2015.

DURKHEIM, E. **Educação e sociologia**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1975.

FILLOUX, Jean-Claude. **Émile Durkheim**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. p. 148.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola**. Educ. Soc, v. 35, nº 129, p. 1085 – 1114, Campinas, 2014.

FREITAS, Helena Costa Lopes. PNE e formação de professores: contradições e desafios. **Retratos da escola - Dossiê: PNE 2014 – 2024: desafios para a educação brasileira**, Brasília, v.8, n.15, julho a dezembro de 2014, p. 427. Disponível em: [http://www.cnte.org.br/images/stories/retratos\\_da\\_escola/retratos\\_da\\_escola\\_15\\_2014.pdf](http://www.cnte.org.br/images/stories/retratos_da_escola/retratos_da_escola_15_2014.pdf)

FRÖBEL, F. A. **A educação do homem**. Passo Fundo: UPF, 2001

GOMES, Candido Alberto. **Darcy Ribeiro**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. (Coleção Educadores).

JAEGER, Werner. **Paidéia**. A formação do Homem grego. São Paulo: Herder, 1936.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MARZ, Fritz. **Grandes Educadores: perfis de grandes educadores e pensadores pedagógicos**. Tradução Edwino A. Royer. São Paulo: EPU, 1987.

MOURA, A. M. R. **Gestão Escolar na perspectiva do Programa Mais Educação: o contexto da EMEF Otílio Cirulo**. 2012, 63 p. Monografia (Especialização em Gestão Escolar) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Santa Rita.

MOURA, A. S. **Dedicação exclusiva na educação básica: propostas para os municípios**. Guarabira: digitado, 2015.



NUNES, Clarice. **Anísio Teixeira**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. (Coleção Educadores).

PILETTI, Claudino; PILETTI, Nelson. **História da educação**: De Confúncio a Paulo Freire. São Paulo: Contexto, 2012.

Portaria nº 971, de 9 de outubro de 2009. Disponível em: (<http://educacaointegral.mec.gov.br/>). Acesso em 25 fev. 2017.

Portaria nº 1.144, 10 de outubro de 2016. Disponível em ([http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=49121-port-1145-11out-pdf&category\\_slug=outubro-2016-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=49121-port-1145-11out-pdf&category_slug=outubro-2016-pdf&Itemid=30192)). Acesso em 02 jun. de 2017.

RICHARDSON, R. J. *et al.* **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2008.

SOUSA JUNIOR, Luiz de; FRANÇA, Magna; FARIAS, Maria da Salete Barboza de. (Org.). **Políticas de gestão e práticas educativas**: a qualidade do ensino. Brasília: Liber Livro, 2011.

VIEIRA, Sofia Lerche; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. **Política Educacional no Brasil**: introdução histórica. Brasília: Liber Livro, 2007.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Desejos de Reforma**: legislação educacional no Brasil – Império e República. Brasília: Liber Livro, 2008a.

XIMENES. Salomão Barros. O CAQ na meta 20 do Plano Nacional de Educação: um novo regime jurídico para a realização do padrão de qualidade do ensino. **Jornal de políticas educacionais**. V.9, n.17 e 18 | Janeiro-Junho e Agosto-Dezembro de 2015. pp. 26–37. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/37861/28126>